

**JUVENTUDE RURAL, DO CAMPO,  
DAS ÁGUAS E DAS FLORESTAS:  
a primeira geração jovem dos movimentos sociais no Brasil e sua  
incidência nas políticas públicas de juventude**

***RURAL YOUTH:  
the first young generation of the social rural movements  
in Brazil and its impact on youth policies***

---

Elisa Guaraná de Castro \*

**Resumo**

A partir dos anos 2000, observamos uma presença importante no cenário político nacional: a *juventude* como categoria de identificação política, configurando um *campo político da juventude*. Um ator que não se esgota na arena do debate das políticas públicas, uma vez que passa a intervir em outros campos e esferas da sociedade como identidade política. Essa organização política foi bastante evidente nos movimentos sociais e sindicais rurais, em que a juventude rural passa a se organizar nacionalmente sob a categoria *juventude*. Em forte diálogo com esse processo, também se configurou outro campo, o das *políticas públicas de juventude*, com intensa participação de pesquisadores, da juventude organizada e do governo. Na esfera governamental, tivemos a institucionalização da temática em iniciativas no âmbito do próprio governo federal, nos estados e municípios. A criação da Secretaria Nacional da Juventude e do Conselho Nacional da Juventude, em 2005, é determinante para que a temática assumisse visibilidade nacional. Nesse contexto, observa-se a constituição da juventude como ator político e a relação desse processo com a configuração de dois campos: o *das políticas públicas da juventude* e o *campo político da juventude*. É sobre este contexto histórico, mais especificamente os 14 anos dos governos Lula-Dilma, que esse artigo pretende realizar um balanço, na perspectiva da organização da juventude rural, da constituição de uma primeira geração de jovens rurais que se identificam com a categoria *juventude* e do diálogo/incidência sobre a agenda e efetivação de políticas públicas para esse segmento.

**Palavras-chave:** Juventude. Juventude rural. Geração. Políticas públicas.

---

\* Doutorado em antropologia. Professora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Brasil.  
E-mail: elisaguarana@gmail.com

**Abstract**

From the 2000s, we observed a significant presence on the national political scene: youth as political identification category that sets up a political field of youth. An actor who is not limited to the public policy debate arena, it passes to intervene in other fields and spheres of society as a political identity. Youth political organization was quite evident in the rural social movements and unions. The rural youth was being organized nationally under the youth category. In strong dialogue with this process another field was set, a field of public policies for youth with intense participation of researchers, youth organizations and government. At the governmental level the institutionalization of the thematic was through initiatives within the federal government itself, the states and municipalities. The foundation of the National Youth Secretariat and the National Youth Council in 2005, are crucial so that the theme took national visibility. In this context to observe the youth constitution as political actor and this process with the configuration of two fields: the field of public policies of youth and the political field of youth. Analyzing this historical context, more specifically, 14 years of the Lula-Dilma governments, this article aims to overview the perspective of rural youth organization, of the constitution of a first generation of rural young people who thus identify with the youth category and its dialogue/impact on the agenda and effective implementation of public policies for this segment.

**Keywords:** Youth. Rural Youth. Generation. Public policies.

**Apresentação**

No Brasil, juventude e políticas públicas como tema investigativo alcança maior visibilidade nos anos 1990, recebendo grande impulso nos anos 2000, ao mesmo tempo em que sofre alteração em seu paradigma conceitual. A partir de então, os enfoques se multifacetaram e permitem hoje uma densidade de análise em forte diálogo com a diversidade da população jovem brasileira. E o processo de visibilidade acadêmica ganhou contornos mais dialógicos com a intensificação e ampliação de processos organizativos nos partidos políticos, movimentos sociais, e em uma infinidade de formas de organização política e cultural, seja em organizações políticas que, em sua trajetória, não reconheciam o tema, seja na presença cada vez maior de organizações de jovens não circunscritas às chamadas formas representativas “tradicionais”. Assim, a partir dos anos 2000, observamos uma presença importante no cenário político nacional: a *juventude* como categoria de identificação política. Nesses 15 anos, podemos afirmar que se configura um *campo político da juventude* (CASTRO, 2011).

Esse processo de visibilidade também se expressou no âmbito governamental com a institucionalização da temática em iniciativas do próprio governo federal. De 2005 a 2015, o Brasil experimentou uma década de políticas públicas de juventude. Um esforço nacional a partir, principalmente, de iniciativas do Governo Federal (durante os Governos Lula e Dilma). A construção de uma institucionalidade, implantada pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que criou a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) e instituiu o Programa Nacional de Inclusão de Jovens, o Projovem, foi um marco para as políticas públicas de juventude. Sendo que as conferências de juventude se configuraram como importantes espaços de efetivação dessa visibilidade e disputa de

agendas. A I Conferência Nacional de Juventude – I CNJ (2008), a II CNJ (2011) e a III CNJ (2015) foram marcadas pela forte presença da juventude rural, indígena, dos povos e comunidades tradicionais, ainda que o espaço desses segmentos tivesse que ser conquistado, uma vez que a presença de segmentos urbanos, especialmente na I CNJ, foi maioria. Outro momento central nesse processo foi a promulgação, em agosto de 2013, do Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852), principal marco legal das políticas e direitos da juventude brasileira. Podemos afirmar que essas ações combinadas garantiram um novo *status* para a juventude, antes fortemente associada à *delinquência e situação de risco*, agora reconhecida como *sujeito de direitos*.

A criação da Secretaria Nacional da Juventude (SNJ) e do Conselho Nacional da Juventude (Conjuve) foi determinante para que a temática assumisse visibilidade nacional. A institucionalidade da coordenação da execução das políticas públicas de juventude no Brasil, concentrada na Secretaria Nacional de Juventude, que nasce com o Conjuve, aponta para a construção de políticas públicas com a participação dos atores que representam a juventude brasileira, bem como com especialistas no tema. São inegáveis os avanços de elaboração e a visibilidade alcançada sobre as agendas e questões da juventude no Brasil nesse período. Contudo, também observamos fragilidades e limites que mostram que a juventude e, principalmente a juventude rural, segue enfrentando fronteiras invisíveis<sup>2</sup>, aspecto que trataremos adiante.

Nesse contexto, observamos a constituição da juventude como ator político e a relação desse processo com a configuração social (ELIAS, 1994) de dois campos: o *campo das políticas públicas da juventude* e o *campo político da juventude*<sup>3</sup>. É sobre este contexto histórico, mais especificamente os 14 anos dos governos Lula-Dilma, que esse artigo pretende realizar um balanço na perspectiva do entendimento da juventude rural como categoria política e do diálogo/incidência sobre a agenda e efetivação de políticas públicas para esse segmento. E, ainda, a possível fragilização dessas iniciativas no contexto de um golpe parlamentar que interrompeu o Governo Dilma em 31 de agosto de 2016.

---

2 Ver *Agenda juventude Brasil: pesquisa nacional sobre o perfil e a opinião dos jovens brasileiros* (SNJ,2014) que demonstra os acúmulos e os desafios dessa década de políticas públicas. A pesquisa foi tratada de forma mais densa no livro *Agenda Juventude Brasil : leituras sobre uma década de mudanças* (2016), organizado por Diógenes Pinheiro, Eliane Ribeiro, Gustavo Venturi e Regina Novaes.

3 Debate de forma mais aprofundada a constituição desses campos no capítulo “O campo das políticas públicas de juventude e o campo político da juventude: contribuições para a reflexão” (CASTRO, 2011), no livro *Juventude em Pauta: políticas públicas no Brasil* (PAPA; FREITAS, 2011). O livro é fruto do Seminário “Políticas Públicas: juventude em pauta”, realizado em São Paulo, em dezembro de 2010, em parceria com o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), o Instituto Pólis, o Observatório Jovem da Universidade Federal Fluminense (UFF), o Observatório da Juventude da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), o Núcleo de Análises em Políticas Públicas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e o Instituto Paulista da Juventude, e com o apoio da Fundação Avina e da Norwegian Church Aid (NCA). O Seminário realizou um balanço após 5 anos de criação da SNJ, do Conjuve e do Projovem e contou com a participação de pesquisadores, representantes do governo federal e representantes de organizações juvenis.

Como ponto de partida para essa análise, revisitamos a Pesquisa *Os jovens estão indo embora? – a construção da categoria juventude rural em movimentos sociais no Brasil*. De 2006 a 2009, realizamos uma pesquisa com jovens, assim autoidentificados ou identificados pelos movimentos sociais, nos principais movimentos sociais e sindicais de caráter nacional (CASTRO, et al., 2009). A pesquisa foi realizada com lideranças nacionais e em eventos dos movimentos sociais e/ou organizados especificamente pela juventude desses movimentos, e revelou, dentre as muitas questões abordadas, a forte presença de jovens mulheres nos eventos e, em alguns movimentos, ocupando posição em direções nacionais; um movimento paulatino de introdução de novas agendas como o da diversidade sexual; um nível elevado de escolarização dos militantes desses movimentos sociais, em comparação com a média nacional para as mesmas idades; além de demonstrar a configuração de uma geração identificada com a categoria *juventude* atuante nesses movimentos.

Este artigo revisita essa pesquisa em um momento extremamente complexo, após 10 anos de políticas públicas de juventude construídas no âmbito dos governos Lula-Dilma, que fortaleceu tanto o *campo das políticas públicas de juventude* quanto o *campo político da juventude*. Nessa década, experimentamos forte articulação de atores diretamente envolvidos na constituição desses *campos*: a juventude organizada, o chamado terceiro setor, gestores e a academia. A própria categoria *juventude* foi se transformando e assumindo contornos que demonstram a incidência desses dois campos de disputa. Juventude rural por sua vez também sofre fortes alterações como categoria, o que já vínhamos apontando em reflexões anteriores (CASTRO et al., 2010).

Na primeira parte desse artigo, retomo o debate sobre a categoria *juventude* e *juventude rural*. Na segunda, busco debater a construção política da categoria *juventude rural* dialogando com a pesquisa supracitada. Na terceira parte, procuro contribuir para um balanço, ainda que preliminar, dos governos Lula-Dilma no que diz respeito às políticas públicas para a *juventude rural* e a incidência das agendas dessa categoria política.

### **As mudanças da categoria *juventude de juventude em situação de risco para juventude sujeito de direitos* e a consolidação da *juventude* como ator político**

Como já mencionado acima, *juventude* e políticas públicas, como tema investigativo, no Brasil, alcança maior visibilidade nos anos 1990 e experimenta um grande impulso nos anos 2000, ao mesmo tempo em que seu paradigma conceitual é alterado. Observa-se o processo de distanciamento da dicotomia substantivada “*juventude problema/juventude solução*” para uma maior diversificação de leituras. Convivem desde perspectivas que reificam esse antigo paradigma (*juventude problema/solução*), até as que centram a análise no caráter transitório da condição juvenil, ou ainda as que revisitam as teorias geracionais. Especialmente a partir dos anos 2000, ganha força no debate o reconhecimento da categoria como *sujeito* demandante de direitos sociais. Forja-se então a categoria *juventude sujeito de*

*direitos*, que suplanta, no debate de políticas públicas, antigas categorias como *juventude em situação de risco*<sup>4</sup> (INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS, 2010). As novas leituras trazem em seu bojo um olhar que valoriza cortes interseccionais e que percebem, na categoria, um entrecruzamento de interesses e realidades, em forte diálogo com a diversidade da população jovem brasileira<sup>5</sup>. (CASTRO, 2011)

Com isso, legitima-se a categoria social *juventude no campo acadêmico/pesquisa* e no âmbito governamental, como vimos acima, ou seja, temos o reconhecimento social da categoria *juventude*. Nesse processo, define-se a faixa etária de 15 a 29 anos, seguindo organismos internacionais (PINHEIRO et al., 2013), que identifica a população jovem, e caracteriza-se o seu perfil no Brasil como majoritariamente marcado por desigualdades sociais<sup>6</sup>. No que se refere ao *campo das políticas públicas de juventude*, a visibilização temática é central para a sua consolidação, mas sem dúvida o marco é a mudança de paradigma de *juventude em situação de risco* para *juventude sujeito de direitos* – Regina Novaes (2012) contribui fortemente na disputa desse novo paradigma. Essa mudança imprime, em primeiro lugar, um importante simbolismo para o debate público, propondo uma leitura distinta do binômio *juventude-violência*, que contribui para reificar a imagem *juventude perigosa*. Mas a repercussão é mais profunda, e altera significativamente os rumos de uma política pública para a *juventude*. Grosso modo, as primeiras iniciativas para atender com políticas públicas a população jovem definiam como público alvo uma categoria perigosamente “cooptável” pela “delinquência”, refratária ao “socorro” do Estado e desinteressada em seu possível papel na sociedade (CASTRO, 2011).

A consolidação da categoria *juventude sujeito de direitos* representa uma alteração de paradigma em que o público-alvo passa de passivo à agente, corresponsável pela construção das políticas públicas. Se esse processo ainda está em curso, e evidentemente pode sofrer recuos, ele aponta a possibilidade de consolidação de uma importante conquista: a legitimação de novos atores e, principalmente, da “juventude” como agente nesse processo de construção do *campo das políticas públicas de juventude*. Ou seja, percebe-se uma mudança de paradigma de políticas públicas em que o predomínio de uma visão conservadora Estado/provedor - Jovem/atendido é suplantado pela concepção de políticas públicas como processo de construção participativa no qual o/a *jovem* pode ser agente (CASTRO, 2011).

---

4 Categoria utilizada na primeira geração de políticas públicas que tiveram *jovem* como público-alvo. A preocupação centrava-se nos jovens capturados pela delinquência e alvo da violência urbana. Para um aprofundamento desse debate ver a Tese de Doutorado de João Paulo Macedo e Castro UNESCO - Educando os jovens cidadãos e capturando redes de interesses: Uma pedagogia da democracia no Brasil, João Paulo Macedo e Castro – Rio de Janeiro: UFRJ/PPGAS, 2005.

5 São inúmeras as referências. Dois marcos acadêmicos que consolidam essa perspectiva de análise se destacam: *Galerias Cariocas*, organizado por Hermano Vianna (1997), e *Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas*, organizado por Regina Novaes e colaboradores (2006).

6 Um importante ponto de partida dessa formulação foi o Projeto Juventude (2004).

Essa mudança de paradigma só pôde ocorrer porque um terceiro ator se fez presente. Como afirmei anteriormente, especialmente a partir dos anos 2000, observamos uma presença importante no cenário político nacional da *juventude* como categoria de identificação política que, paulatinamente, configura um *campo político da juventude*. Um ator que não se esgota na arena do debate das políticas públicas, uma vez que passa a intervir em outros *campos* e esferas da sociedade como identidade política. Ou seja, o processo de visibilização tanto acadêmica quanto no âmbito governamental ganhou contornos mais dialógicos a partir dos anos 2000, com a intensificação e ampliação de processos organizativos nos partidos políticos, movimentos sociais, e em uma infinidade de outras formas de organização política e cultural, seja em organizações políticas que, ao longo de suas trajetórias, não reconheciam o tema, seja na presença cada vez maior de organizações de jovens não circunscritas às chamadas formas representativas “tradicionais”. O tema conquistou, assim, densidade política e, nesse sentido, desenha-se um campo de disputa de políticas públicas com a configuração de categorias identitárias de juventude.

Especialmente a partir dos anos 2000, observa-se uma mudança de representação social dos jovens em formas organizativas que se autoidentificam como *juventude* ou, ainda, em processos identitários que surgem, ainda que não de maneira formal, em movimentos organizados por outros recortes políticos. Até vinte anos atrás e, em alguns casos, mesmo há dez anos, não se encontrava a categoria *juventude* como identificadora de representação política em muitos partidos políticos brasileiros e movimentos sociais. A representação de juventude como “naturalmente rebelde” permeou, por muito tempo, as leituras sobre a possibilidade de agência política dos jovens dos chamados movimentos sociais tradicionais e mesmo de partidos políticos, que associavam a categoria muito mais a um corte etário do que à sua complexa identificação social e política. Ou seja, a identificação da presença de jovens em movimentos históricos que propunham transformações sociais reificava a ideia de que é da “natureza da juventude” atuar politicamente. No entanto, a imagem midiática, senso comum, que construiu a chamada “juventude *shopping center*” dos anos 1990, tensionou essa leitura e precisou ser contraposta, em termos dos múltiplos significados e distintos contornos que os grupos que se autoidentificam como *juventude* assumem.

Isto é, por um lado, vivenciamos um processo de desnaturalização da ideia de “juventude naturalmente rebelde” e seu oposto binário “juventude apática”. Por outro, a própria representação política da *juventude* se apresenta de múltiplas formas, reproduzindo “antigos” e “novos” significados do “que é ser jovem”; quais as opressões vividas por aqueles assim identificados na sociedade e quais suas agendas políticas (CASTRO, 2011).

A mudança mais significativa, portanto, seria que os jovens estavam organizados politicamente em espaços onde a juventude não era, necessariamente, uma categoria de identificação política ou mesmo uma categoria de autorreconhecimento. Um exemplo foi a primazia da categoria *estudante* sobre a categoria *juventude* como identidade política até o início dos anos 1990 no Brasil. A literatura que aciona “juventude” como historicamente representada nos principais movimentos sociais, especialmente de resistência à ditadura militar e, posteriormente, no ressurgimento institucional do movimento estudantil nos anos

1980 e início dos anos 90, o faz a partir não de categorias de autorreconhecimento identitários e sim como categoria analítica<sup>7</sup>. Isto é, embora tratassem analiticamente da categoria juventude, o objeto de análise se autoidentificava como *estudante* e não como *juventude*. Pode-se mesmo afirmar que havia certa negação da categoria juventude como representação política, como uma categoria que diluía ou conflitava com processos organizativos mais estruturantes. Penso ainda que essa negação também estava associada – e essa inflexão é perceptível – a uma visão que privilegiava a característica transitória da identidade juventude e que, portanto, deslegitima quem a ela é associada<sup>8</sup>.

Hoje, observamos *juventude* como categoria identitária de representação política presente em uma diversidade de expressões organizativas e formas de participação política. Nas organizações que existiam anteriormente a esse processo destaca-se a inflexão do movimento estudantil (que assume a categoria mais recentemente), a presença de organizações de juventude na maioria dos partidos políticos e em movimentos sociais consolidados “não juvenis” (sindicatos, movimentos sociais de luta pela terra, feministas, LGBT etc.). Longe de se ler esse processo como de importação de categorias políticas, o que se observa é um processo identitário em curso a partir, principalmente, dos que se autoidentificam como *jovens* nos movimentos sociais rurais e urbanos, por exemplo. Esse processo se dá de forma dialógica, no qual se percebe aos poucos que jovens que já viviam a identidade atribuída *jovem* em seu dia a dia passam paulatinamente a se reconhecer a partir do debate sobre o tema, impactando de forma significativa suas formas de representação política em suas organizações de origem. Temas como as tensões e conflitos de hierarquia entre jovens e adultos, que muitos identificam em outros espaços, passam a ser visibilizados em seus espaços de militância. Acresce-se a isso ainda a identificação do impacto das desigualdades sociais em uma população brasileira jovem. Assim, esse processo identitário configura distintas respostas organizativas que precisam lidar com a representação social e política da juventude. E nesse amplo universo da categoria juventude temos aqueles que se identificam como rurais ou do campo.

### **Juventude rural, do campo, da agricultura familiar, seringueiros, quebradeiras de coco... desafiando conceitos e preconceitos**

Podemos afirmar que, nesses 15 anos, desde o início dos anos 2000, observamos a consolidação da identidade política juventude nos principais

---

7 A esse respeito cf. Forachi (1972) e Mische (1997), dentre outros. Não será objeto desse artigo, mas tivemos uma importante experiência de organização sob a identidade juventude em movimentos da Igreja Católica no histórico processo de resistência das Juventude Universitária Católica (JUC), Juventude Escolar Católica (JEC), Juventude Agrária Católica (JAC), Juventude Operária Católica (JOC), Juventude Independente Católica (JIC) organizações da Ação Católica, com muita *presença nos anos 1960*. Ver Khoury (2005).

8 Discuto essa hipótese de leitura em Castro (2010b, 2013).

movimentos sociais rurais. Nesse processo, tivemos uma primeira movimentação que abraçou a categoria analítica *juventude rural*, extremamente útil para a organização em espaços nacionais de representação e na disputa por políticas públicas para a organização das múltiplas identidades abarcadas nessa categoria. Com o avanço dos processos de visibilização da diversidade das populações do *campo*, das águas e das *florestas* – cada vez mais presentes como identidades específicas em conselhos de participação social e em outros espaços formais de representação –, as identidades políticas constituídas nos movimentos sociais aparecem de forma mais clara.

Observamos um processo de reafirmação da identidade juvenil em diálogo com fronteiras invisíveis ainda intransponíveis para uma parcela importante da juventude rural. Isto é, com o mundo objetivado e ressignificado por meio de agendas e pautas das organizações de juventude. Para muitos jovens, viver no *mundo rural*, hoje, ainda significa enfrentar barreiras para sua autonomia e suas possibilidades de escolha. Ou seja, as possibilidades reais de escolarização, acesso à terra e à renda, muito valorizados como caminhos para a construção de autonomia, não estão ao alcance de muitos, mesmo após 14 anos dos governos Lula-Dilma<sup>9</sup>. Apesar dos esforços empreendidos nesse período, muitas dessas demandas não foram atendidas, como trataremos adiante.

Mas as fronteiras entre o “mundo rural” e “o mundo urbano” não são fixas e nem evidentes, são vivenciadas e construídas. Somam, de um lado, a distância, nem sempre espacial, entre as possibilidades que o *campo* e a *cidade* oferecem; e, de outro, as construções identitárias, a partir de múltiplas trajetórias e referências (CASTRO et al., 2009).

Temos, ainda, agendas cada vez mais complexas apresentadas em conjunto pelos movimentos do *campo*, das águas e das *florestas*, ou de forma específica por movimentos de um desses segmentos. Isso se expressou no I Seminário de Políticas Públicas para a Juventude Rural, promovido pela SNJ em parceria com o MDA<sup>10</sup> – caso dos temas sustentabilidade, assistência técnica e agroecologia que constroem agendas que aproximam, mas também expressam diferenças, por exemplo, entre a juventude de movimentos extrativistas e a juventude de organizações autodenominadas da agricultura familiar.

Podemos afirmar que a agenda de pesquisa, aos poucos, também vem sendo alterada. Se a ênfase na questão sociológica do êxodo do campo para a cidade dominou os estudos até bem pouco tempo (CAMARANO, ABRPAMOVAY, 1999; CASTRO, 2013, dentre outros), observamos alterações importantes fruto de pesquisas mais recentes, demonstrando que, embora se note uma importante perda de população jovem no campo brasileiro (1 milhão entre 2000-2010), percebe-se movimentos de *permanência* e mesmo de *migração de retorno*. Recentes pesquisas demonstram que há um ritmo de desaceleração da migração da população rural

9 A esse respeito ver Secretaria Nacional de Juventude – SNJ (BRASIL, 2014).

10 O Seminário foi registrado em Menezes, Stropasolas e Barcellos (2014), e no vídeo documentário *Pé no Formigueiro*, dirigido por José Roberto Novaes e Maria Claudia Pitres.



e mesmo da população de jovens do campo, e a associa às políticas públicas dos últimos dez anos (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2016). Anita Brumer (2007, p. 50) já trazia esse tema com a seguinte provocação: “em lugar de procurar responder à questão ‘porque os jovens saem do meio rural’ busque-se responder à questão ‘por que os jovens permanecem no meio rural’”. E essa tem sido uma agenda de pesquisa mais efetiva na última década.

No mesmo sentido, temos outros olhares sobre a migração, ou como muitos preferem tratar, a circulação, e os significados atribuídos ao campo e a cidade que redefinem identidades sociais da juventude rural hoje. A visão mecânica de uma “atração” dos jovens do campo pela cidade, em que a principal explicação seria o desinteresse pelo *modo de vida no campo* e, em especial, pelo trabalho agrícola, vem sendo revista. Estudos demonstram que são múltiplas as razões que contribuem para a circulação da juventude rural, que pode ou não representar uma “saída” definitiva do meio rural. A circulação entre pequenos municípios, sobretudo pela juventude rural, como apontou Maria de Nazareth Wanderley (2007), pode ser observada por um outro olhar. A autora aprofundou essa perspectiva, estudando os jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco. Seu trabalho demonstra que os jovens querem “o melhor dos dois mundos”, quando avaliam o presente e o futuro. Ou seja, desejam a vida do campo com qualidade de vida, atuando em atividades agrícolas e não agrícolas, e viver a juventude sem ter fronteiras (CASTRO, 2016).

Marilda Menezes e Marcelo Saturnino Silva (2010) mostram como a circulação de jovens trabalhadores rurais que se deslocam anualmente dos estados do Nordeste para o Sudeste traz questões importantes para o tema da vivência da juventude no campo, no Brasil, hoje. A maioria dos que ocupam postos de trabalho na colheita da cana de açúcar são jovens e homens. A vivência da migração temporária é dolorosa para todos (SILVA, MENEZES, 2010; CASTRO, 2016).

A diferença entre a circulação de homens e mulheres traz, ainda, outras questões, como a autonomia das mulheres diante de uma organização social ainda marcada por distinções de gênero que impactam, sobremaneira, a possibilidade de circulação das jovens (CAMARANO, ABRAMOVAY, 1999; AGUIAR, STROPASOLAS, 2010; CASTRO, 2013). Mas a circulação pode ocorrer por diversos interesses, ou mesmo por redes familiares e de sociabilidade: dar continuidade aos estudos, visitar parentes, frequentar festas, participar de jogos esportivos e namorar, por exemplo (CASTRO, 2013; FERREIRA, ALVES, 2009). Assim, “ficar” ou “sair” do meio rural envolve questões como a circulação entre múltiplos espaços, motivada por diferentes razões. Além disso, a própria categoria “juventude rural” tem sido objeto de análise, dado que agrega realidades e identidades sociais diversas (CASTRO et al., 2009). Novamente, “sair” e “ficar” podem envolver questões complexas, para além de atravessar fronteiras imaginárias de “um mundo rural” para “um mundo urbano”. (CASTRO, 2016).

Mas a mudança da circulação da juventude, que pode repetir a histórica direção campo-cidade, mas também de muitas outras formas, pode ter contribuído para a consolidação da agenda de parte significativa das organizações sociais do

campo que passam a reivindicar a *sucessão rural*<sup>11</sup>. De qualquer forma, o próprio sentido da *sucessão rural* esteve em disputa nos governos Lula-Dilma, como veremos adiante. Mas antes vamos dar um passo atrás para podermos avançar mais no debate sobre a categoria juventude rural hoje. Para tanto, vamos retomar a pesquisa *Os jovens estão indo embora? – a construção da categoria juventude rural em movimentos sociais no Brasil*.

### **Juventude rural, do campo, das águas e das florestas: a construção de um ator político e da juventude: a primeira geração jovem dos movimentos sociais no Brasil**

No período de 2006 a 2009, observamos os principais movimentos sociais que, na época, tinham organizações nacionais de juventude, tendo sido possível afirmar a existência, pela primeira vez, de uma geração que se identificava como juventude nos movimentos sociais rurais e que ressignificava identidades *rurais* em diálogo com a identidade *juventude*. Para essa discussão, tratamos o tema da participação política dos jovens nos movimentos sociais à luz do conceito de geração em Mannheim (1993). Isso porque identificamos, ao longo da pesquisa, que o próprio termo *geração* aparecia nas referências sobre a emergência da temática juventude no processo histórico de organização dos movimentos sociais. A seguir, resgatamos o debate proposto na pesquisa sobre o conceito *geração*.

### **Geração e juventude nos movimentos sociais rurais – resgatando o debate conceitual**

O debate sobre juventude tem sido tratado, por muitos autores, a partir do corte geracional, caso de Foracchi (1972), Mannheim (1982), Bourdieu (1983) e Champagne (1979). Duas percepções podem ser destacadas nesse campo de análise. A primeira é a acionada por Bourdieu (1983) e Champagne (1979), que tratam geração a partir de uma perspectiva relacional, em que “jovem” está em oposição a “adulto” ou “velho”, em razão das disputas por bens materiais e simbólicos. Bourdieu argumenta que a vivência geracional é construída a partir de “Aspirações sucessivas de pais e filhos, constituídas em relação a estados diferentes da estrutura da distribuição de bens.” (BOURDIEU, 1983, p. 118), em especial no que concerne ao acesso a educação que progressivamente se amplia de uma geração para outra<sup>12</sup>.

---

11 A pauta é defendida de forma mais direta pelo movimento sindical e pela PJR que participam diretamente na construção do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural (BRASIL, 2016). Ver <https://pjrbrasil.org/?s=sucess%C3%A3o+rural> ; <https://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=387&ap=1&nw=1> .

12 Bourdieu utiliza como exemplo o ensino secundário na França, que passou a ser acessível para filhos de todas as classes, ao mesmo tempo em que passou a ser menos valorizado no mercado de trabalho (BOURDIEU, 1983, p. 120).

Assim, a noção de juventude seria construída relacionalmente, a partir dessa perspectiva geracional, por oposição a noção de adulto, velho.

Recuperando Mannheim, temos três construções conceituais de geração, centrais para o debate de juventude<sup>13</sup>: 1) o recorte biológico, 2) a unidade geracional, 3) e os grupos concretos (MANNHEIM, 1993, p. 206). Mannheim define geração, em primeiro lugar, como uma construção da modernidade e de sua definição de linearidade histórica. Isto é, a ideia de que a história é um sucedâneo de fatos em uma linha de tempo e, nesse sentido, de que os homens se sucedem em gerações. Assim, para Mannheim geração é uma ideia eminentemente moderna. O que define um corte geracional é o nascimento. Ou seja, populações convivem estando em momentos distintos do ciclo de suas vidas e compartilham e disputam a compreensão de um dado momento histórico. Neste sentido, Mannheim discute com a concepção positivista e a concepção histórico-romântica alemã (MANNHEIM, 1993, p. 193-204) tratando o “problema das gerações” como um problema sociológico em uma perspectiva histórica. Essa é uma das definições utilizadas pelo autor e a mais divulgada nos estudos sobre juventude, porém ele trabalha outras duas dimensões (CASTRO et al., 2009).

Uma segunda definição, nomeada por ele unidade geracional, pode ser lida como processos identitários em um contexto histórico, ainda que, individualmente, nem todos que compõem uma dada população se reconheçam como tal. Seria a percepção social de que certa população faz parte de uma categoria social que se opõe a outra por uma identidade geracional, é o caso da categoria juventude em oposição a velhos, adultos, crianças. Isso pode ou não corresponder a grupos concretos e transcende os próprios grupos. Ou seja, é o reconhecimento de indivíduos e/ou grupos de indivíduos de que configuram uma dada categoria identitária, ainda que suas percepções sobre essa categoria diverjam<sup>14</sup>. Por outro lado, a categoria juventude passa a ser mais visível nesse contexto histórico, ainda que nem todos os jovens estejam envolvidos em algum grupo concreto de juventude (CASTRO et al., 2009).

A terceira definição de Mannheim é a de grupo social concreto, ou seja, seria a identificação nativa de geração em um mesmo contexto local. Esse grupo pode ser formado por laços prévios, isto é, por proximidade ou por livre arbítrio. No primeiro caso, o autor se refere às formações comunitárias e/ou familiares e, no segundo, às formações associativas. Neste segundo caso, a afinidade de posição social em dado contexto histórico é um elemento central (CASTRO et al., 2009).

Resgatar essas outras duas percepções de Mannheim sobre geração foi o ponto de partida para a análise de juventude que realizamos na pesquisa supracitada, como uma categoria identitária marcada por percepções e ordenações geracionais. Assim, não tratamos com um corte etário, *a priori*, mas antes de que forma as percepções

---

13 A esse respeito ver Weller (2007).

14 O autor exemplifica com a juventude do partido comunista alemão e a juventude nazista. Embora as concepções de sociedade, as leituras históricas sobre aquele momento vivido pela Alemanha e a própria forma de se perceberem como jovens possam ser distintos, eles se identificam como parte de uma juventude.

sobre geração contribuía para entendermos a construção da identidade juventude nos movimentos sociais rurais no Brasil.

### A “primeira” geração *jovem* dos movimentos rurais, do *campo*, das águas e das florestas

Observamos na pesquisa que os entrevistados dos movimentos sociais afirmavam que sempre houve forte participação de jovens nas suas organizações, contudo também foi possível observar que isso não representou uma construção identitária política da categoria nesses movimentos. Essa unidade geracional, na perspectiva de Mannheim, que compartilha os mesmos processos histórico-sociais, e que assume um significado reconhecido em um grupo concreto, foi observada pelos entrevistados como algo mais recente.

Todavia, no que diz respeito aos movimentos sociais, a questão geracional está atrelada à problemática da renovação do movimento. Ou seja, para os dirigentes nacionais, que não se identificam como jovens, o tema central ainda é a possibilidade de renovação, em especial para o movimento sindical. Já aqueles que se reconheciam como *juventude* à época da pesquisa – as segundas e terceiras gerações dos movimentos – apontavam para a consolidação de grupos concretos, que elaboravam uma identidade, com pautas e questões específicas, tanto em oposição aos *mais velhos*, nas disputas por espaço e, portanto, pela renovação das direções, como, também, em diálogo com as questões que afetam os jovens no meio rural e na sociedade brasileira.

A consolidação de uma estrutura organizativa de jovens nos movimentos sociais não foi sem conflito, como se pôde observar na pesquisa, entretanto percebemos hoje uma presença importante desses jovens, oriundos dos espaços organizativos de juventude, em cargos de direção nos movimentos sociais que não são exclusivos de juventude. A pesquisa recolheu uma vasta quantidade de relatos sobre como *ser jovem* nos movimentos sociais também carrega limitações quanto ao espaço de participação, quanto à possibilidade de ser ouvido, ou seja, significa vivenciar o não reconhecimento em espaços de decisão. Nesse sentido, a constituição dos espaços que reforçam o reconhecimento do papel político da juventude disputa com o reconhecimento da categoria nos próprios movimentos sociais. Ainda prevalece no discurso de lideranças mais velhas a associação de *juventude* a uma população sobre a qual se deve atuar e, ainda, como um símbolo da renovação, do *futuro*, reforçando relações de subalternidade e deslegitimando a atuação política daqueles que são assim identificados.

Esse processo, que denominamos de construção de um novo ator político, envolveu uma gama de ações em busca de legitimação dos jovens como categoria social e de reconhecimento como atores políticos. Identificamos algumas transformações nas práticas dos movimentos sociais construídas pelos jovens nesse contexto, com pautas, visões e práticas políticas que demarcam diferenças e singularizam sua atuação, ainda que em diálogo com repertórios reconhecidos nos movimentos sociais<sup>15</sup>.

15 Esse tema foi tratado em Castro et al. (2009), não poderemos retomar aqui.

Contudo, o que gostaria de explorar é quais outros elementos contribuíram para o fortalecimento desse ator político e ainda a presença importante de mulheres nas direções e eventos organizados por jovens. Mais especificamente, se as políticas públicas dos últimos dez anos e o processo de institucionalização governamental do tema juventude podem ter colaborado para a constituição do que estou denominando a primeira geração *jovem* dos movimentos sociais rurais, no sentido de identitariamente constituídos. E ainda qual a incidência desses jovens nas políticas públicas e na sua institucionalização como política de Estado. Para tal, na terceira e última parte desse artigo, proponho um primeiro balanço sobre os 14 anos dos governos Lula-Dilma na perspectiva apresentada.

### **Avanços e limites: uma década de políticas públicas de juventude para a juventude rural**

A pesquisa revelou que, na perspectiva da interseccionalidade, proposta por Verena Stolke (2006), outros elementos contribuem para percebemos como ser *jovem e rural* no Brasil constitui-se numa situação de profunda subalternidade, mais ainda quando são mulheres e homossexuais. Por um lado, ser jovem no meio rural brasileiro implicava, à época, enfrentar questões como a falta de acesso a bens e serviços em um meio rural desigual e violento que se aproximava espacialmente da cidade, mas que continuava a enfrentar a hierarquia entre campo e cidade que segue reproduzida na sociedade brasileira (CASTRO, 2013). Essa hierarquia se expressa também em práticas que estigmatizam *ser do campo*, que apareceu com frequência nas falas dos jovens entrevistados, mais frequentemente das jovens. Em todos os espaços e documentos produzidos por essas organizações de juventude, observados/analísados pela pesquisa, as demandas específicas estão diretamente associadas à urgência de mudanças estruturais na realidade do campo brasileiro. A educação do/no campo é um exemplo, como o é a centralidade da reforma agrária e da mudança de padrão de desenvolvimento nas reivindicações da juventude rural organizada (CASTRO, 2009). Estas também foram agendas principais no I Seminário de Políticas Públicas para a Juventude Rural (MENEZES; STROPASOLAS; BARCELLOS, 2014) e nas conferencias nacionais de juventude.

Esse quadro colhido na pesquisa pode ser revisto à luz dos 14 anos dos governos Lula-Dilma. Os avanços realizados nos dez anos de políticas públicas de juventude convivem com fragilidades na consolidação dessas conquistas. Muito embora se tenha reconhecido a importância da juventude e da diversidade da juventude brasileira, expressa no Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013), isso não se traduziu em políticas perenes para essas juventudes. Assim, ao acompanharmos os avanços das ações realizadas de 2005 a 2015, pelos governos Lula e Dilma, percebemos que apesar das importantes conquistas nos marcos legais, a institucionalidade e as ações de políticas públicas se circunscreveram a esses governos, não tendo se consolidado como políticas de Estado. E, ainda, que a tradução da diversidade da juventude brasileira em ações de governo não se capilarizou nas múltiplas ações do próprio governo federal nesses 10 anos. No que se

refere à juventude rural, observamos que a apropriação de suas agendas pelo Estado, mesmo por governos democráticos e populares ainda esta distante.

Mesmo assim, ao longo dos anos 2011 e 2014, abarcando o primeiro Governo Dilma, observamos o maior avanço nessa agenda, com ações piloto, tais como: linhas específicas em editais de fomento, inclusão digital e economia solidária; cursos de formação; linha específica de Assistência Técnica Rural para jovens, que, embora não tenham expressado um grande alcance em número de jovens atendidos, representaram um importante avanço para a visibilidade desses jovens e fortalecimento de coletivos juvenis<sup>16</sup>. Outro avanço importante foi o espaço de representação política em conselhos de participação social, como o Conselho Nacional de Juventude e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e da Agricultura Familiar, com cadeiras para a juventude rural. Também foi uma gestão que ampliou o diálogo com as *juventudes*.

No entanto, esse esforço não foi capaz de se tornar estratégico para o governo Dilma, como ainda não havia se tornado central para o governo Lula. Ou seja, mesmo após as manifestações de 2013<sup>17</sup>, que demonstraram que a juventude estava fortemente atuante na disputa política nos espaços das ruas, não houve tradução nas ações do governo federal para além da promulgação de grande relevância do Estatuto da Juventude. O marco legal, sem dúvida, foi o maior avanço nesses dez anos. Outro passo importante foi o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural (2016), que afirma as múltiplas questões envolvendo a permanência dos jovens no campo, bem como a centralidade do papel do Estado.

No entanto, não foi possível consolidar uma política nacional para a juventude rural, nem mesmo a efetivação do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural, o que pode significar a não priorização por parte das instâncias dos governos Lula e Dilma desse segmento juvenil. Ainda assim, uma política de

---

16 Destacamos, entre os anos de 2012 e 2014, o Edital de Inclusão Digital para a Juventude Rural lançado pela Secretaria de Inclusão Digital/MiniCom, em parceria com Universidades e Institutos Federais e Estaduais para atuarem em extensão rural promovendo a inclusão digital. Foram formulados 41 projetos, envolvendo 28 Instituições Públicas, 18 estados, capacitando 6.400. Edital de Articulação de Grupos de Economia Solidária, lançado pela Secretaria de Economia Solidária/tem, alcançando 2.000 jovens rurais distribuídos em 7 estados do país. Curso de Formação Agroecológica e Cidadã com Geração de Renda para da Juventude Rural elaborado pela Secretaria Nacional de Juventude em parceria com a Universidade de Brasília (UnB) e a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), envolvendo 600 jovens, com forte impacto na organização da juventude Kalunga. Residência Agrária Jovem, promovido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e pelo Conselho Nacional de Pesquisa (Incra/CNPq), envolvendo 34 projetos e o Edital Fortalecimento da Autonomia da Juventude Rural, lançado pela Fundação Banco do Brasil e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social (FBB/BNDES), visando fortalecer a autonomia econômica e social da juventude rural de base familiar

17 Em 2013, nos meses de junho e julho, o Brasil viveu uma série de manifestações de rua em todas as capitais e em cidades médias. Entre as organizações dos eventos, encontrava-se o Movimento pelo Passe Livre (MPL) e outros movimentos juvenis. Nessas manifestações, surgiram de forma visível os Black Blocks.

extrema relevância impactou essa primeira geração de *jovens* dos movimentos sociais: a educação do campo.

### **Educação do campo**

Retomando a pesquisa *Os Jovens estão indo embora?*, um de seus resultados foi a visibilização do perfil de uma juventude que, hoje, se organiza nos movimentos sociais rurais do Brasil, e que traz algumas marcas distintas em relação ao perfil social observado em dados estatísticos, como os colhidos pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Um dos fatores mais importantes, por ter se apresentado como um diferencial, foi a escolaridade. A média dos jovens que participavam de movimentos sociais estava bem acima da média dos jovens que viviam nos assentamentos rurais, levantados pela Pesquisa Nacional sobre a Educação na Reforma Agrária - PNERA (2005), e da média geral de escolarização do jovem brasileiro, aferida pela PNAD (2006). Nesse eixo, os dados da pesquisa trouxeram algumas questões iniciais para explorarmos. A primeira, diz respeito a uma oposição senso comum entre participação política e escolarização, reforçada por uma visão igualmente senso comum de que os jovens do campo têm pouco interesse pelos estudos.

Podemos afirmar que a pesquisa reforçou a existência de um corte geracional de valorização e estratégias para garantir a escolarização das crianças e dos jovens no meio rural. Um processo que se iniciou a três gerações e que se consolidou por meio de estratégias familiares e com estratégias dos próprios movimentos sociais e organizações. Observamos, à época, esforços por parte dos movimentos sociais para garantir a escolarização continuada, muitas vezes associada à formação política e técnica. Esse processo revelava um entendimento, por parte dos movimentos sociais observados, da importância da educação formal no processo de formação das lideranças jovens dos movimentos sociais. A valorização da escolarização formal pelos movimentos sociais seria parte do processo de *luta* pela mudança e pelo acesso à educação no meio rural brasileiro, que se materializou na educação do/no campo. Essa era uma bandeira presente, e permanece sendo, em todas as organizações de juventude rural.

A pesquisa Agenda Juventude Brasil (BRASIL, 2014) mostrou uma ampliação contínua da escolarização da juventude rural, embora ainda permanecesse distante dos níveis de escolarização da juventude que vive nas cidades. Contudo, não existe dúvida quanto à mudança de rumo da educação pública no Brasil, que fortaleceu a educação do campo em forte diálogo com os movimentos sociais. O Programa de Reestruturação e ampliação das Universidades Públicas Federais (Reuni) promoveu a duplicação do acesso, interiorização e política de permanência, com isso o país passou de 48 mil matrículas em 2002 para 208 mil matrículas em 2013. O Decreto nº 7.352 do Presidente Lula instituiu a Educação do Campo em 2010, desde então, por meio do programa ProCampo, foram criados 40 cursos de Licenciaturas do Campo, além do ProLind - Licenciaturas Indígenas. A evolução orçamentária é ainda mais clara quanto à definição política da atuação do Estado na educação. O orçamento

destinado à educação passa de R\$19 bilhões (2003) para R\$103 bilhões (2015), contando ainda com a aprovação dos recursos do Pré-Sal para a educação e a saúde prioritariamente.

A II Pesquisa Nacional de Educação para a Reforma Agrária - II PNERA (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2015) demonstrou como os cursos de educação do campo ampliaram em quantidade e público, nos governos Lula-Dilma, chegando a 320 cursos<sup>18</sup>. No entanto, esse esforço não representou a massificação desse acesso e concorreu com o fechamento contínuo de escolas no campo por parte dos governos estaduais.

Mesmo assim, é possível afirmar que o que observamos à época da pesquisa com os movimentos sociais foi potencializado nos governos Lula-Dilma e fortalecido pelo *campo das políticas públicas de juventude*, ainda que não se trate de uma política específica para o segmento. O que temos hoje – e aqui permanece como uma agenda de pesquisa – é a percepção da consolidação da primeira geração de jovens, assim identificados, nos movimentos sociais que viveram: o encontro do fortalecimento de sua identidade política, a valorização do ensino formal e da formação política, com a ampliação concreta do ensino superior. Hoje, encontramos jovens dirigentes nacionais cursando pós-graduação e participando ativamente do debate acadêmico sobre *juventude, políticas públicas, questão agrária*. Assim, talvez esse tenha sido o grande legado desse período para juventude rural, do *campo, das águas e da floresta*: a consolidação da educação do campo, com marco legal e a institucionalização nas universidades públicas federais.

### Considerações finais

Uma agenda que se consolidou nos governos Lula-Dilma foi a *Sucessão Rural*, mas, em seu bojo, temos a disputa: qual sucessão rural? Observamos tanto na pesquisa *Os Jovens estão indo embora?* quanto em espaços de participação formal da juventude rural nos governos Lula-Dilma que suas pautas não tinha referência específica na juventude, mas compreendiam que as questões específicas, importantes de serem tratadas, deveriam ser articuladas com questões estruturantes para a transformação da realidade da juventude e de toda a população do *campo, das águas e das florestas*. E, por isso, suas principais reivindicações eram e continuam sendo o acesso à terra por meio da Reforma Agrária e a regularização das terras dos povos e comunidades tradicionais e povos indígenas, sustentabilidade, inclusão digital, transporte público, acesso à produção e fruição cultural, geração de renda, tecnologias para a produção e, em especial, para a produção agroecológica, assistência técnica, crédito, comercialização. Essas, dentre tantas outras, seriam

---

18 O Programa Nacional de Educação para a Reforma Agrária (Pronera) foi criado no Incra em 1998, no Governo Fernando Henrique Cardoso (período em que se realizaram 84 cursos). A pesquisa fez um levantamento que mostrou a realização de 236 nos dois governos Lula. (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2015).



condição para a permanência dos jovens no campo. Trata-se não só de acesso aos bens e serviços, mas da mudança de modelo de desenvolvimento econômico, em que se percebe na *juventude* um ator estratégico nesse processo de disputa política. O próprio Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural evidencia que a possibilidade da permanência dos jovens no campo envolve uma profunda mudança no país e, em especial, no projeto de desenvolvimento rural e suas consequências para o projeto de desenvolvimento para o país.

Portanto, quando falamos de *juventude rural*, *juventude do campo*, *juventude camponesa*, *juventude da agricultura familiar*, *juventude quilombola*, *juventude ribeirinha*, estamos tratando de categorias que representam populações, mas também identidades políticas e sociais que vivenciam, de forma direta ou indireta, as disputas em curso no Brasil e no mundo sobre a relação entre desenvolvimento e segurança alimentar, por exemplo. A juventude carrega, muitas vezes, a *herança da luta* ou o peso da expectativa geracional; se envolvem com os processos de disputa de significados e da concretude de suas vidas, ou escolhem não reproduzir a difícil vivência e históricos distanciamentos que hierarquizam direitos, de acordo com onde se vive, e muitos outros arranjos.

Podemos tratar a incidência dessa primeira geração de jovens organizados nos movimentos sociais do campo como uma atuação política que atravessou fronteiras invisíveis, ainda que não se tenha logrado a sua priorização nessas experiências de governo. A presença da juventude rural como ator político nesse cenário ampliou a visibilidade da diversidade das juventudes do campo, das águas e das florestas. As juventudes organizadas – ora reforçando uma identidade de juventude rural e/ou do campo numa perspectiva, ora se apresentando em sua diversidade – participaram intensamente do debate e formulação de proposições para políticas públicas de juventude, como também para a transformação do campo brasileiro. Contudo, esse processo resultou antes na formação e fortalecimento dessa geração de lideranças do que em políticas efetivas e de largo alcance que atendessem as demandas e agendas propostas.

Nos últimos 20 anos, acompanhamos a configuração de um *campo de políticas públicas de juventude* ao lado de e imbricado com o surgimento de um *campo política da juventude*. Nesse contexto, a juventude rural e/ou do campo se constituiu como ator político atuando dentro dos movimentos sociais, nos espaços de disputa das políticas públicas e na disputa pelos significados da própria identidade *juventude*. Nesse processo, podemos destacar o que chamamos de primeira geração da juventude rural/do campo.

O novo cenário político que se estabeleceu com a ruptura institucional e o afastamento da Presidenta Dilma em 31 de agosto de 2016 apresenta enormes desafios para essa geração e para as novas gerações que se identificarem como juventudes, e, em especial, para as juventudes do campo, das *águas* e das *florestas*.

Um balanço possível dos últimos 15 anos parte da leitura de que se tratou de uma experiência em que se viveu intensamente o debate, a organização e a formulação de mudanças necessárias no país para e com a juventude. E, como vimos, a juventude rural que a pouco menos de 20 anos se apresentava invisibilizada se fez presente nesse cenário, disputando seus sentidos. Atualmente, vivemos uma

forte articulação das organizações de juventude do “campo” e da “cidade”, diluindo fronteiras e aproximando repertórios de luta. Quem sabe esse é o novo cenário que poderá fazer a diferença na disputa dos rumos incertos que estão por vir.

## Referências

- AGUIAR, Vilênia; STROPASOLAS, Valmir L. As problemáticas de gênero e geração nas comunidades rurais de Santa Catarina. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (orgs.). **Gênero e geração em contextos rurais**. Florianópolis: Mulheres, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. A juventude é apenas uma palavra. **Questões de Sociologia**, Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- PINHEIRO, Diógenes et al. (orgs.). **Agenda Juventude Brasil: leituras sobre uma década de mudanças** Rio de Janeiro: Unirio, 2014.
- BRASIL. Decreto nº 8.736, de 3 de maio de 2016. Institui o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural. **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 1, 04/05/2016, p. 2. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/decreto/D8736.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8736.htm)>. Acesso em: 8 maio 2017.
- \_\_\_\_\_. Estatuto da Juventude. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013 – Estatuto da Juventude. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 1, 6/8/2013, p. 1. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm)>. Acesso em: 27 abr. 2017.
- BRUMER, Anita. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, Maria J.; CASTRO, Elisa G. (orgs.). **Juventude Rural em Perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. (Texto para Discussão nº 621)
- \_\_\_\_\_. O Campo das políticas públicas de juventude e o campo político da juventude: contribuições para a reflexão. In: PAPA, Fernanda de Carvalho; FREITAS, Maria Virgínia de (orgs.). **Juventude em pauta - políticas públicas no Brasil**. Vol. 1. São Paulo: Peirópolis, 2011. p. 281-306.
- \_\_\_\_\_. **Entre ficar e sair: uma etnografia da construção social da categoria juventude rural**. Rio de Janeiro: Contra Capa/Faperj, 2013.
- \_\_\_\_\_. Iluminando fronteiras invisíveis: aproximações e distâncias entre ser jovem no campo e nas cidades no Brasil. In: PINHEIRO, D. et al. (orgs.). **Agenda Juventude Brasil: leituras sobre uma década de mudanças**. Rio de Janeiro: Unirio, 2016. p. 61-101. Disponível em: <<https://www.academia.edu/>>.
- CASTRO, Elisa Guaraná et al. **Os jovens estão indo embora?: juventude rural e a construção de um ator político**. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica: Edur, 2009.
- CASTRO, Elisa Guaraná et al. A categoria juventude rural no Brasil: o processo de construção de um ator político. Contribuições para um estado da arte. In: ALVARADO, Sara Victoria; VOMMARO, Pablo A. (orgs.). **Jóvenes, cultura y política en América Latina: algunos trayectos de sus relaciones, experiencias y lecturas 1960-2000**. Vol. 1. Rosario: Homo Sapiens; Clacso, 2010. p. 55-87.
- CASTRO, João Paulo Macedo E. **UNESCO - Educando os jovens cidadãos e capturando redes de interesses: Uma pedagogia da democracia no Brasil**. 2005. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

CHAMPAGNE, Patrick. Jeunes agriculteurs et vieux paysans: crise de la succession et apparition du “troisième âge”. In: **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, n. 26-27. Paris: Minuit, mars – avril, 1979. p. 83-107.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FERREIRA, Brancolina; ALVES, Fábio. Juventude Rural: alguns impasses e sua importância para a agricultura familiar. In: CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE, Carla Coelho de (Orgs). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: Ipea, 2009.

FORACCHI, Marialice M. **A Juventude na Sociedade Moderna**. São Paulo: Edusp, 1972.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS. **Livro das Juventudes Sul-americanas**. Rio de Janeiro: Ibase, 2010.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **II PNERA**. Relatório da II Pesquisa Nacional sobre a Educação na Reforma Agrária. Brasília: Ipea, 2015. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/150618\\_relatorio\\_ii\\_pesquisa%20nacional.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/150618_relatorio_ii_pesquisa%20nacional.pdf)>. Acesso em: XXXXX.

KHOURY, Yara Aun. No rastro de memórias silenciadas. **Projeto História**, São Paulo, n. 30, p. 407-414, jun. 2005. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/2279/1372>>. Acesso em: XXXXX.

MANNHEIM, Karl. **Sociologia**. Org. Marialice Mencarini Foracchi. São Paulo: Ática, 1982. (Col. Os Grandes Cientistas Sociais)

\_\_\_\_\_. El Problema de Lãs Generaciones. **Reis**, Revista española de investigaciones sociológicas, Madrid, nº 62, p. 193-244, 1993.

MENEZES, Marilda Aparecida de; STROPASOLAS, Valmir Luiz; BARCELLOS, Sergio Botton, (orgs.). **Juventude rural e políticas públicas no Brasil**. Brasília: Presidência da República, 2014. (Col. juventude. Série Estudos; n. 1). Disponível em: <[http://juventude.gov.br/articles/participatorio/0009/2708/Miolo\\_Juventude\\_rural\\_web.pdf](http://juventude.gov.br/articles/participatorio/0009/2708/Miolo_Juventude_rural_web.pdf)>. Acesso em: XXXXX.

MISCHE, Ann. De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 5/6, p.134-150, 1997. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/42959/mod\\_resource/content/1/Semin%20a%20Rio%20Mische.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/42959/mod_resource/content/1/Semin%20a%20Rio%20Mische.pdf)>. Acesso em: XXXXX.

NOVAES, Regina. As juventudes e a luta por direitos. **Le Monde Diplomatique Brasil, São Paulo, 5 de novembro de 2012**. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1285>>. Acesso em: XXXXX.

NOVAES, Regina Célia Reyes et al. (orgs.). **Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas**. São Paulo: Conselho Nacional de Juventude/Fundação Fredrich Ebert, 2006.

PAPA, Fernanda de Carvalho; FREITAS, Maria Virgínia de (orgs.). **Juventude em Pauta: políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Peirópolis, 2011.

PINHEIRO, Diógenes et al. (orgs.). **Agenda Juventude Brasil: leituras sobre uma década de mudanças**. Rio de Janeiro: Unirio, 2016. At <https://www.academia.edu/>

PROJETO JUVENTUDE. São Paulo: Instituto Cidadania, 2004. Disponível em: <<https://registrojuventude.files.wordpress.com/2011/02/dicas-projeto-juventude-final-1.pdf>>. Acesso em: XXXX.

SILVA, Enid Rocha Andrade da; BOTELHO, Rosana Ulhôa (orgs.). **Dimensões da experiência juvenil brasileira e novos desafios às políticas públicas**. Brasília: Ipea, 2016. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=27571](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=27571)>. Acesso em: 8 maio 2017.

SILVA, Marcelo Saturnino da; MENEZES, Marilda Aparecida de. Homens que migram mulheres que ficam: o cotidiano das esposas, mães e namoradas dos migrantes sazonais do município de Tavares – PB. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (orgs.). **Gênero e geração em contextos rurais**. Florianópolis: Mulheres, 2010.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de (orgs.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

WELLER, Wivian. A hermenêutica como método empírico de investigação. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 30., Caxambú, 2007. **Anais...** Caxambu: Anped, 2007. p. 1-16. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt17-3288-int.pdf>>. Acesso em: : 8 maio 2017.

VIANNA, Hermano (org). **Galeras Cariocas**. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1997.

Recebido em 22/09/2016

Aceito em 22/02/2017